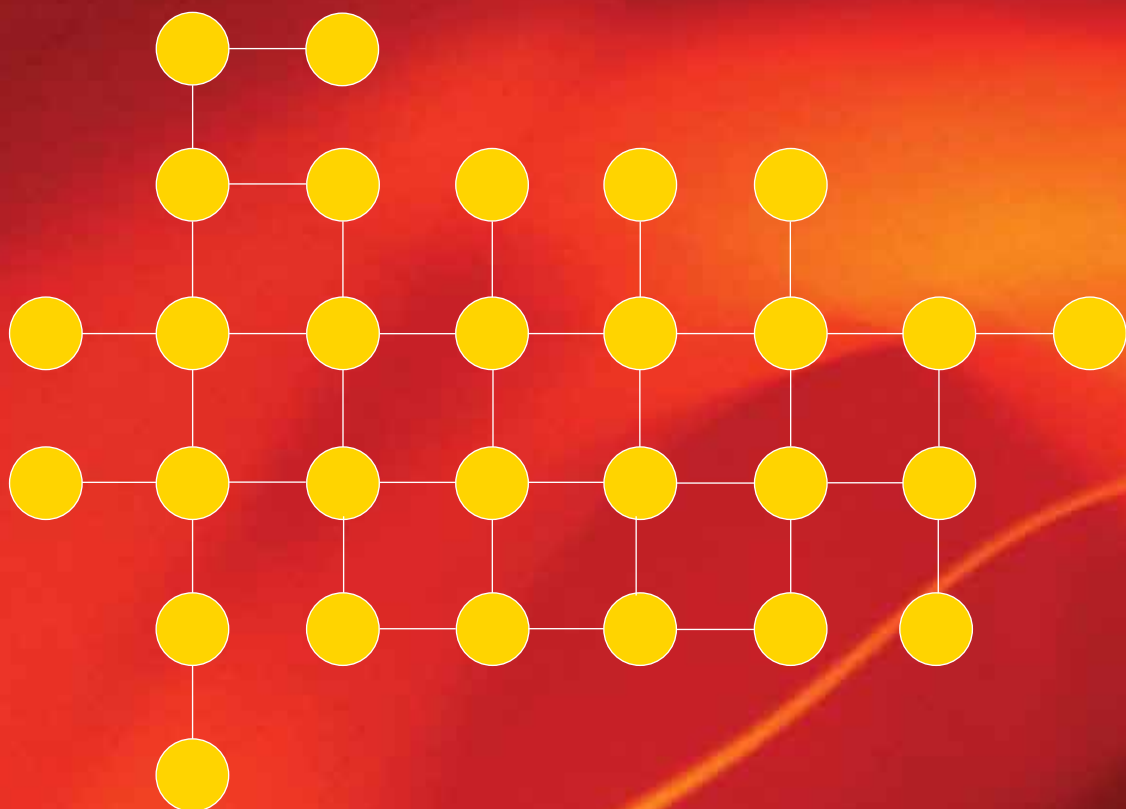


**FERNANDA  
DE ALMEIDA GALLO**  
é doutoranda  
em Ciências Sociais  
no IFCH/Unicamp  
e bolsista CNPq.



**TUTORIAL  
DE REDES E UM  
ESTUDO DE CASO  
SOBRE “REDES  
CRIMINAIS”**

*Fernanda de Almeida Gallo*

### RESUMO

Neste artigo é apresentado um tutorial sobre o uso da metodologia de redes na análise de fenômenos sociais; em especial são apresentados resultados qualitativos sobre a CPI do Narcotráfico e investigações correlatas da Polícia Federal. Mostra-se a contribuição que tais ferramentas oferecem na elaboração de teorias. Exemplifica-se com um estudo de caso sobre “redes criminais”.

**Palavras-chave:** CPI do Narcotráfico, FAB, redes, confiança.

### ABSTRACT

*This article presents a tutorial on the use of the network methodology in analyzing social phenomena. It especially shows the qualitative results of the Parliamentary Investigation Committee (CPI) on drug trafficking and related investigations carried out by the Federal Police. It shows how those tools can contribute towards developing theories; and uses as an example a study case on “criminal networks”.*

**Keywords:** *Parliamentary Investigation Committee (CPI) on drug trafficking, FAB, networks, trust.*

Muito se tem falado sobre “redes”: redes sociais, redes cibernéticas, redes de computadores, redes comunitárias, redes institucionais, redes criminais, e outras tantas. Geralmente, são tratadas do ponto de vista metafórico, quase como uma “entidade” mítica explicativa sobre uma forma de organização que “está lá”, todos sabem, acham que conhecem, mas ninguém nunca viu ou sabe como é. Powell e Smith-Doer (1994) falam sobre

a existência de divergências em relação a essa questão: se seriam as redes meras metáforas, se seriam métodos de análise ou se poderiam ser consideradas “esboços teóricos”. Em geral, os mais variados estudos sociológicos sobre o tema tratam-nas como metáforas e metodologias, contudo, a proposta do presente artigo é construir um tutorial que facilite a compreensão da “linguagem” das redes e avançar em direção ao seu uso como sistemas auxiliares na construção de teorias. Para tanto, como estudo de caso, será explorada uma rede criminal que ajudará a desconstruir o “ente” existente detrás do conceito.

Como se dialoga aqui com um leitor não especializado, será apenas enunciada a existência de alguns conceitos próprios à sociologia da violência e à criminologia. A seguir, deve-se passar diretamente à experiência de descoberta das redes criminais *in situ*, esperando sempre que com os exemplos selecionados esclareça-se como as redes criminais são formadas, como é possível situá-las e compreendê-las e como entender seu “movimento” pela vasta extensão de nosso país.

O presente texto procura discutir e exemplificar, na forma de um breve estudo de caso, como um aparato metodológico do porte da análise de redes sociais (ARS) pode contribuir para a realização de análises “meso”, isto é, que não estão nem no nível das etnografias nem no das macroanálises de mercados. Atualmente, compreender como a posição estrutural dos sujeitos no interior da rede influencia suas atividades, recursos, coordenação, desempenho e comportamento estratégico (Granovetter, 1985; Uzzi, 2000) é uma necessidade crescente do ponto de vista da teoria social e até mesmo de teorias preventivas.

A compreensão sobre as relações estabelecidas entre os sujeitos, sobretudo em qualquer meio social “criminoso”, é algo bastante complexo em razão da natureza sigilosa do empreendimento. Nesse sentido, as observações sobre a confiança em se tratando da análise das “redes criminais” fornecem um ponto de partida indispensável aos sociólogos da violência. A rede como reflexo e forma de estabelecimento da confiança ajuda a esclarecer sobre os diversos mecanismos existentes no relacionamento entre os atores econômicos e a tipologia das organizações criminais. Além disso, a rede como forma analítica fornece um recorte metodológico que suporta diversas análises que cruzam elementos de sociologia e criminologia. A combinação dessas duas abordagens abre ao leitor inúmeras possibilidades teórico-analíticas, tal qual o tema do mercado da droga no Brasil.

Para tanto, serão apresentadas análises iniciais acerca de um dos casos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Narcotráfico, realizada em 1999 no âmbito do governo federal brasileiro.

Para introduzir o tema do mercado da droga no Brasil, objeto investigado pela citada CPI, faz-se necessário conhecer um pouco do panorama à época em que se desenvolveram suas investigações: o tráfico internacional de drogas cresceu muito durante os anos 80, e a década seguinte foi ainda mais difícil. Em 1991, foi formada a primeira CPI no âmbito do Congres-

so Nacional brasileiro para investigar a suposta participação de deputados e juízes no tráfico de drogas. Em meio às descobertas realizadas, apenas um deputado federal foi destituído do cargo por manter relações com traficantes de seu estado natal, Rondônia.

Anos depois, o estado do Acre entrou no circuito das acusações de envolvimento de parlamentares com o tráfico de drogas: em 1996 um deputado e um ex-governador foram acusados de comandar um grupo de extermínio a serviço de traficantes acrianos. Deu-se início a uma CPI<sup>1</sup> para investigar os traficantes brasileiros com conexões na Bolívia e no Peru. Conforme Rodrigues,

“a ‘metainquirição’ das comissões parlamentares tornou público o fato de que o Brasil não poderia mais ser tomado como um passivo ‘corredor de exportação’ para a cocaína andina, mas que, ao contrário, contava efetivamente com centros consumidores importantes, redes de distribuição de drogas e uma intrincada conexão entre políticos, na esfera federal e estadual, juízes, roubos de cargas e caminhões e tráfico de cocaína e maconha” (Rodrigues, 2002, p. 107).

Observa-se que, na passagem de uma década a outra, a configuração do tráfico de drogas mudou consideravelmente, inclusive o papel desempenhado pelo Brasil no cenário da produção e consumo de drogas, com um novo ciclo que congregou grupos narcotraficantes e pessoas de diferentes classes sociais e atividades profissionais, como empresários, militares, políticos, profissionais liberais, etc.

De modo geral, o relatório da CPI do Narcotráfico está dividido em mais de vinte “casos”<sup>2</sup>, que retratam o panorama do comércio da droga atravessado pelos mais diferentes “mercados criminais”, tratados aqui como “mercados” paralelos e também adjacentes ao tráfico de drogas, dentre os quais: roubo de cargas, logística e transporte, transformação de aeronaves, mercadorias políticas, etc. É sobre a intersecção desses mercados, onde se formam as redes criminais, que o presente artigo irá tratar.

## ANÁLISE DE REDES SOCIAIS: MORFOLOGIA E MÉTODO

Quando se fala sobre a temática das redes, alguns conceitos básicos, *a priori* implícitos, devem estar claros, tais como: o que são as redes, como são formadas, o que são os nodos e arestas, como se conectam, o que podem indicar os diferentes tipos de conexão, etc.

Segundo Ponte e Van Dyne (2000, p. 47), a análise de redes sociais (ARS) é uma metodologia apta a “expressar a interlocução que existe entre sistemas ou entre partes identificáveis de um mesmo sistema, expressando, dessa forma, os níveis de organização ou o grau de estruturação dos mesmos”. Uma vez aplicada aos diversos campos das ciências sociais, a ARS se dedica a estudar as ligações relacionais estabelecidas entre “atores sociais”. Os “sujeitos” ou “atores” podem ser pessoas ou instituições, analisadas como unidades, as quais podem ser individuais ou coletivas (Wasserman & Faust, 1999, p. 17).

A ARS interessa a pesquisadores de vários campos do conhecimento, não apenas aos cientistas sociais, todavia, aqui somente serão abordadas pesquisas correlatas que almejam a compreensão do impacto das relações sobre a vida social.

A opção pelo uso de tal método se deve à melhor visualização e compreensão topográfica e estrutural acerca das relações sociais por parte do pesquisador. Essas relações são estruturadas e representadas através de grafos, que nada mais são do que representações gráficas das relações existentes entre sujeitos (dos mais diversos grupos), ou dados, que, através das relações que estabelecem entre si, constroem o que é chamado de “rede”. Os modelos representacionais de redes, em geral, são desenvolvidos através de técnicas matemáticas e *softwares* com algum grau de complexidade para o leigo, todavia, no presente artigo, um guia ilustrado e com interpretações foi ajuntado ao texto para facilitar a familiarização inicial com a ARS.

1 Essa CPI é parte da base de dados utilizados no presente artigo.

2 Cada “caso” corresponde a um estado investigado pela CPI ou a uma “ocorrência específica”.

## REDES: CONCEITOS INICIAIS

Uma rede social pode ser descrita como uma representação cuja estrutura é composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações (Hannerz, 1980), que partilham (ou não) objetivos comuns. Ela modela diversas dimensões ou atributos das relações sociais através de um sistema de nodos conectados por ligações. Cada nodo pode representar alguém ou alguma coisa e suas ligações podem ser relações sociais, transações comerciais, relações de parentesco, etc. (Naím, 2005).

As redes não apresentam limites físicos, todavia, são simbolicamente limitadas por expectativas, confianças e lealdade, que são constantemente renegociadas em seu interior. Nesse sentido, possuem caráter dinâmico e mutável.

Matematicamente, uma rede pode ser representada como um grafo ou uma matriz, informando sobre a estrutura de relações existentes em seu interior – por exemplo: características dos sujeitos, características das relações, organização da qual fazem parte, etc. Para se compreender como um grafo é estruturado, algumas informações iniciais são necessárias.

### “REDES CRIMINAIS”: DA METÁFORA AO ESBOÇO TEÓRICO

Como exemplo ilustrativo de utilização dos conceitos e análises acima apresentados, sugere-se a análise de uma rede criminosa internacional situada no Sudeste brasileiro que, tal como muitas outras, apresenta o envolvimento de funcionários públicos, empresários, profissionais liberais, militares, policiais, traficantes, etc.

Extraído do *Relatório Final da CPI do Narcotráfico* (Câmara dos Deputados, 2000), o “caso FAB” procurou investigar sobre o envolvimento de alguns oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) com traficantes internacionais de drogas baseados no Rio de

Janeiro. Para ilustrar o mecanismo de ação e organização dessa rede, registra-se nas linhas seguintes um pouco de como era a rotina dessa rede.

Las Palmas, Espanha, 1999: o oficial da FAB LC e o empresário Z procuram “oportunidade de negócios”; uma vez detectada, LC retorna ao Brasil para se certificar de que tudo sairá perfeito e imediatamente entra em contato com seu irmão, PS, e o superior dele na FAB, W, para quem anuncia a oportunidade de negócios na Espanha.

Em uma favela qualquer, o traficante W recebe um telefonema: deve se encontrar com o oficial da FAB W e o ex-policial G em uma lanchonete pouco conhecida localizada perto da base aérea. O oficial W tem um “negócio grande” e necessita de cerca de 33 kg de cocaína pura para exportação. O traficante W sabe onde conseguiu-la e imediatamente liga para L, como era chamada a empresária boliviana encarregada da “exportação” da cocaína boliviana para o Brasil. Pouco tempo depois, L liga do Rio de Janeiro para sua irmã na Bolívia e retransmite “o pedido”. Dias depois, a droga chega ao Rio de Janeiro camuflada em caminhões de uma conhecida transportadora brasileira. Segue então para alguma favela carioca para ser acondicionada em um mala. Uma vez feito isso, o traficante W avisa o ex-policial que a encomenda já chegara: é a vez do oficial da FAB W organizar a operação com os irmãos PS e LC.

Na semana da “entrega”, o ex-policial liga para LC e combina o dia e a hora da entrega da mala na qual seria transportada a droga. O empresário Z, encarregado de financiar o esquema no Brasil, é quem pagou por ela e, através de LC, seu “representante no Brasil”, acompanha de perto a entrega da droga. Por intermédio do irmão de LC, dois outros oficiais, PC e G, já são encarregados de acompanhar a droga até Las Palmas.

LC deixa a mala com os oficiais, pega um voo comercial para Las Palmas, para não despertar atenção para a operação, e se prepara para se encontrar com o empresário Z e se certificar de que o “negócio” seja concluído e ninguém traído. De volta ao Brasil, a

empresária ZN se encarrega da “lavagem” do dinheiro proveniente do negócio por meio de compra e venda de bens imobiliários de luxo.

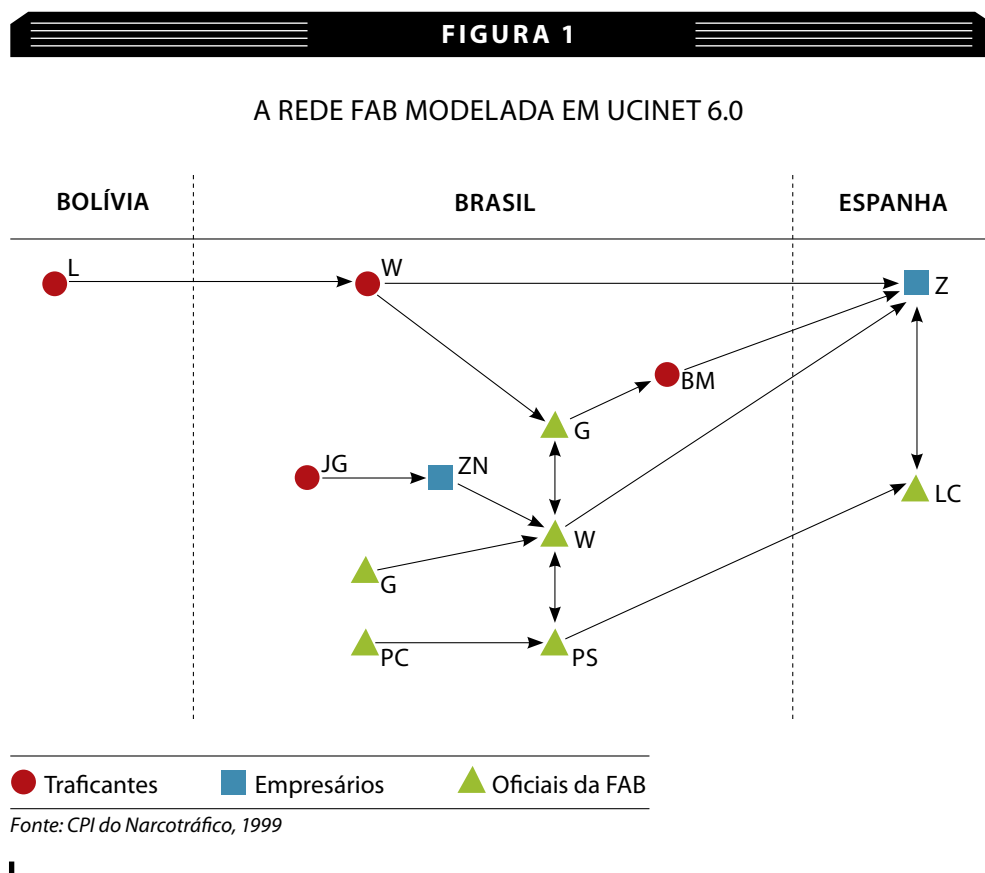
Essa rede foi considerada pelo *Relatório Final da CPI do Narcotráfico* como uma das responsáveis por organizar uma das inúmeras rotas do tráfico internacional de drogas. É possível analisá-la como uma construção ideal de um esquema cíclico, que tem início quando alguns empresários (investidores no mercado do tráfico de drogas) recrutam oficiais da FAB com a promessa de benesses muito vantajosas em troca de um trabalho “fácil”.

A Figura 1 esquematiza em formato de grafo as relações estabelecidas pela rede da FAB segundo o local de atuação e de conexão de cada membro da rede, bem como caracteriza suas atividades.

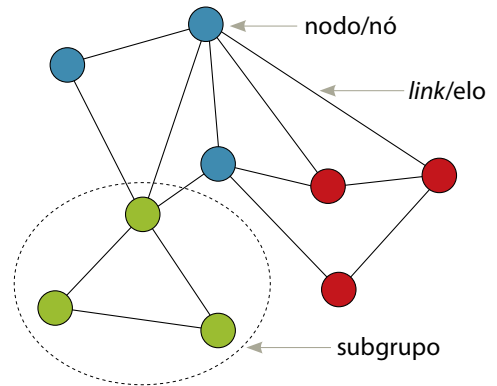
A Figura 1 exibe uma rede bidirecional com alguns subgrupos e ao menos dois nodos com um nível destacado de centralidade. O

primeiro é representado pelo oficial da FAB (W) e o segundo pelo empresário (Z), que desempenham o papel de articulação entre extratos diferentes da rede. Vale lembrar que a centralidade está ligada ao prestígio do sujeito no interior da rede. Dessa forma, a centralidade indica a existência de atores privilegiados na rede ou cuja posição no interior dela exprima certa importância, influência, proeminência em relação aos outros membros.

No que tange às “redes criminais”, o artigo de Von Lampe (2003) assinala que, na base de qualquer relação, seja ela criminosa ou não, impera um conjunto de normas e regras entre os atores que integram a rede e que devem ser observadas, uma vez que elas dão suporte às atividades ilegais existentes em seu interior. Uma dessas regras básicas é a experiência dos laços de confiança cuja noção é utilizada para explicar a predisposição e a capacidade de cooperação existente entre organizações criminais.

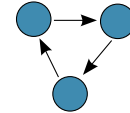


Um *grafo* é um conjunto de pontos e linhas. Os pontos representam os sujeitos (individuais ou coletivos) e as *linhas* representam as relações ou conexões e são chamadas de *links*, "elos" e "arestas". Os *links* representam conexões estabelecidas entre os sujeitos no interior de uma rede, que são utilizadas como "canais" por onde são conduzidos "fluxos" de recursos materiais ou não, como informações, por exemplo (Wasserman & Faust, 1999, p. 4). Um ponto também pode ser chamado de "nodo", "nó", "vértex", "vértice", sujeito ou ator. Um grafo pode apresentar relações dicotômicas (com a presença ou ausência de relações no mesmo grafo) ou relações às quais são aplicadas variáveis de frequência ou intensidade. É possível representar graficamente tais valorações a partir da proximidade e distância entre os sujeitos ou a partir de números. Todavia, nem sempre um conjunto de relações que está presente no mesmo grafo é parte direta da mesma rede, nesse caso, temos um subgrafo ou "subgrupo", que nada mais é do que um conjunto de pontos de um grafo com suas relações. Ele dá indícios da existência de microrredes no interior de uma rede maior, podendo indicar a presença de fragmentação de liderança no caso de uma rede organizacional, por exemplo.

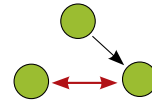


O "tipo de conexão" em uma rede é estabelecido a partir do tipo de relação que os sujeitos estabelecem uns com os outros no interior da rede. As relações possuem características a serem consideradas, tal como a identificação na rede de um ator como transmissor e outros como receptor. A relação estabelecida entre os dois indicará o tipo de direcionamento. *Conexão unidirecional* é o nome dado a uma ligação estabelecida em uma única direção, isto é, quando um sujeito mantém ligação com outro sem ser essa uma conexão recíproca. Já a *conexão bidirecional* é estabelecida no mesmo nível nos dois sentidos. As conexões uni e bidirecional podem indicar a direção utilizada no fluxo de informações trocadas entre os sujeitos da rede.

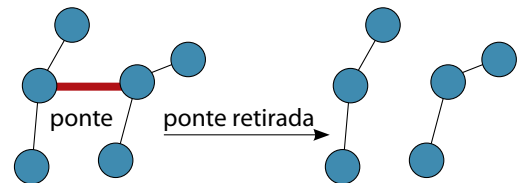
conexão unidirecional



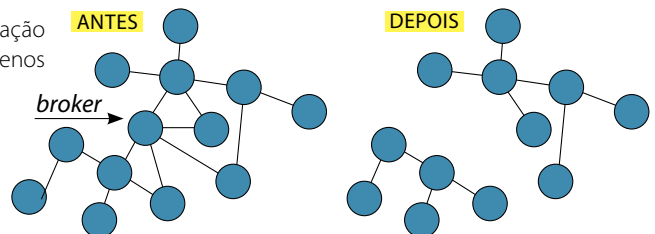
conexão bidirecional



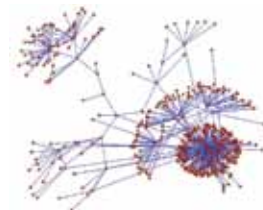
"Ponte" ou "*bridge*" (Granovetter, 1973) é o nome dado a uma ligação fraca que, uma vez eliminada, desconectaria os grafos em duas partes. Trata-se de um indivíduo ligado a um (sub)grupo primário que interage regularmente com um outro (sub)grupo (Grosser, 1991, p. 354).



Um *broker* é um sujeito na rede com conexões fortes cuja eliminação desconectará duas partes de um grafo; todavia, o *broker* possui ao menos um ponto de ligação essencial à rede.



*Cluster* é o nome dado ao conjunto de nodos conectados, formando um denso agrupamento em uma rede. A importância de estudá-lo está no conhecimento que se pode obter da rede como um todo e da formação de seus agrupamentos internos.





Uma vez utilizadas como referências empíricas para uma análise do crime organizado, as análises de Von Lampe apontaram a existência de quatro tipos básicos de confiança: a) confiança no indivíduo – ou relações pessoais entre sujeitos; b) confiança baseada na reputação que o sujeito adquire frente a determinado grupo; c) confiança genérica – adquirida dentro do grupo, por exemplo, a confiança que os membros de um grupo mafioso têm entre eles; d) confiança gerada a partir de sistemas abstratos – intermediada por determinados “sistemas abstratos”, os quais podem ser sistema bancário, sistema de saúde, etc., que são utilizados por determinados grupos criminais para manter a “ordem” por eles desejada e consolidar-se.

Para o caso da rede da FAB, aqui analisado, selecionou-se o aspecto da confiança como o mais interessante de se observar neste breve exercício analítico. A razão disso está no fato de que a confiança apresenta-se como uma condição sem a qual não haveria possibilidade de estreitamento de relação entre os membros, uma vez que eles não provêm de nichos de mercado semelhantes.

Todavia, a confiança não é condição *sine qua non* para que a cooperação possa existir; em casos, por exemplo, em que uma das partes não tem escolha senão cooperar ou em que o risco da cooperação é baixo ou minimizado por outros sujeitos “confiáveis”, a cooperação é realizada mesmo na ausência da confiança.

De maneira geral, o custo de transações de atividades, grupos, redes ou mercados criminais está ligado ao grau de confiança existente nas relações estabelecidas entre os “envolvidos”, grau que depende igualmente dos princípios de comportamento individual dos sujeitos envolvidos, tais como a racionalidade e o oportunismo que engendram o risco existente em qualquer tipo de relação.

Um exemplo de como a confiança é um elemento central das redes criminais é sugerido por Centeno e Portes (2003) quando analisam como a economia informal se apoia na confiança produzida por redes sociais em detrimento de instituições que se alimentam e se nutrem da provisão de condições neces-

sárias para a efetivação de contratos impessoais. Obviamente, não se trata de negar a existência de *embeddedness*<sup>3</sup> no interior de atividades econômicas ilegais, mas de reconhecer que a forma pela qual as redes criminais ou ilegais são geralmente construídas, isto é, baseadas em relacionamentos pessoais, acaba por sedimentar a importância dos contratos erigidos com base na pessoalidade.

No interior das redes criminais, a confiança se destaca como o terreno sob o qual as demais conexões serão acionadas. Para a Máfia, por exemplo, o mercado de proteção se estabelece basicamente em torno desse princípio (Gambetta, 1993). Diego Gambetta estudou a Máfia siciliana e mostrou como uma série de rituais e gestuais utilizados pelos mafiosos sinaliza a existência da confiança nas relações estabelecidas entre eles. O mesmo acontece com os membros da rede da FAB quando estabelecem relações baseadas na palavra pessoal com empresários e traficantes. Laços de amizade e “parceria comercial” sedimentavam negociações e encontros rotineiros entre oficiais, traficantes e empresários em um local próximo à base aérea.

Lado a lado com esse modelo hierárquico, mafioso, baseado na confiança, no caso da rede da FAB, a estrutura horizontal se faz presente, sobretudo, entre os empresários (assinalados por quadrados azuis), que são identificados ora como sujeitos centrais, ora como “pontes” no interior da rede, conectando um oficial a um traficante e se relacionando com ambos com o mesmo nível de atenção. Os traficantes, por sua vez, se situam em linhas mais periféricas na rede, estabelecendo poucas conexões “extranicho”. Trata-se de uma clara divisão do trabalho e uma arregimentação de funções de acordo com níveis de proximidade do núcleo central da rede composto quase que exclusivamente por oficiais da FAB.

Assim, outra maneira de se analisar estruturalmente uma rede é observar a disposição dos sujeitos no interior da rede com vista a observar o comportamento dos membros que estão em relação direta com o(s) membro(s) central(is) na rede. Esse é um bom indicador de como é estabelecida a dinâmica das rela-

3 Traduzido como “incrustamento”, é um conceito cunhado por Granovetter (1985), que diz que relações entre empresas, grupos de pessoas ou indivíduos são mais bem estabelecidas no interior de uma rede já consolidada. O *embeddedness* define-se de duas formas distintas: o estrutural e o relacional. Granovetter diferenciou o *embeddedness* estrutural pela ênfase dada à posição estrutural de um sujeito na rede que pode afetar o seu comportamento; já o relacional foi definido como a dependência do comportamento dos sujeitos com a estrutura, baseada, por sua vez, nas expectativas criadas. Segundo a análise de Rowley et al. (2000) sobre o tema, uma das funções do *embeddedness* é agir como um elemento de controle em termos de comportamento e cooperação dos parceiros de uma aliança.

ções entre os sujeitos, quem é privilegiado, quais possuem maior capital social, relações de poder, confiança, controle social, a divisão de trabalho, as negociações, etc. Na rede da FAB, nota-se a existência de uma dinâmica particular em relação ao empresário Z, sendo o mesmo um sujeito cuja centralidade e conectividade permitiriam a “eliminação” de outros membros da rede com facilidade, todavia, o que o impede de realizar tal manobra é a estreita relação que estabelece com LC, que implica na participação de outros membros na rede, e um nicho de oficiais da FAB em torno de W, por este ocupar uma patente mais alta na corporação. Em geral, o que garante que esse tipo de estrutura perdure é a existência de “laços fortes” que, segundo Granovetter (1973), indicam uma combinação entre quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam os laços estabelecidos entre os membros de uma dada rede.

Analiticamente, a centralidade está ligada à existência de atores privilegiados na rede ou cuja posição no seu interior exprima certa importância, influência, proeminência em relação aos outros atores. A centralidade está relacionada ao número de conexões, mais elevado, que um dado nó mantém em relação aos demais. Por essa razão, estruturalmente é possível observar que em torno dos sujeitos centrais na rede são estabelecidas algumas configurações interessantes que, uma vez observadas pela lente da “conectividade”, ilustram a acessibilidade, a dependência, a hierarquia ou a equivalência entre os pontos de uma rede.

Uma característica das redes – em geral, mas bastante presente nas redes criminais – é que elas são classificadas como tendo estruturas fluidas ou amorfas e que se adaptam às mais diversas circunstâncias e relações (Rowley et al., 2000): podem ser densas ou difusas e podem apresentar conexões consideradas fortes ou fracas dependendo do tipo de relação estabelecida entre os sujeitos. Por exemplo, conexões fortes associadas às redes densas são mais vantajosas em ambientes estáveis dada a troca de informações apri-

radas e a presença da confiança no interior da rede; já as conexões fracas associadas às redes difusas são mais benéficas em ambientes incertos uma vez que a presença de novas informações é constante. Para além dessas duas características, outras sete dimensões devem ser consideradas. Waarden (1992) salienta que: 1) o número e o tipo do ator; 2) a função da rede; 3) a estrutura da rede; 4) a institucionalização; 5) as regras de conduta; 6) as relações de poder; 7) as estratégias dos atores são igualmente importantes na hora de classificar e entender uma rede.

Cada uma dessas dimensões expõe e ajuda a melhor compreender a função do sujeito no interior da rede e, sobretudo, a relação entre ele e o restante dela. O tamanho, os limites da rede (restrita ou acessível), a estrutura das conexões (caótica ou ordenada), a intensidade ou força da relação (frequência e duração da interação), a densidade, simetria ou reciprocidade da interconexão, os tipos de coordenação, a centralidade, a natureza das relações (conflita ou cooperativa), etc., são algumas das dimensões que devem ser levadas em conta no momento de apropriar o método de ARS e sua análise morfológica para se alcançar a melhor explicação para o fenômeno graficamente representado.

Um exemplo dessa adaptabilidade das redes pode ser encontrado na ilegalidade que incide sobre um bem comercializado ou um serviço prestado pelas redes criminais, tal como a rede da FAB que comercializa cocaína: a maneira pela qual seus membros adaptam suas relações e constituem laços de parceria para além dos vínculos “formais” do tecido social e do nicho de mercado ao qual pertencem é um traço marcante da inconstância estrutural das redes criminais. Para além dos fins práticos que buscam, as redes criminais podem apresentar estruturas celulares informais, ser fluidas e voltadas a algum fim prático bem estabelecido ou, então, podem ser como a Máfia italiana ou os cartéis mexicanos e colombianos e apresentar estrutura hierarquizada, centralizada e coordenada; tudo depende das relações que seus membros estabelecerão e do ambiente no qual isso acontecerá.

A proposta de modelagem e estudo sobre uma rede específica teve como papel no presente texto contribuir para uma melhor compreensão sobre o significado da presença de alguns sujeitos em determinado ponto da rede e a implicação desse posicionamento para a estrutura da rede como um todo.

Uma análise preliminar sobre a articulação das redes criminais estabelecidas em território brasileiro pode contribuir para o retrato de uma economia da droga no Brasil que se caracteriza pelo relacionamento entre redes locais especializadas em fases distintas do ciclo econômico, o que se reflete na fluidez entre diferentes segmentos de mercados ilícitos e mercados lícitos. Essas redes são lideradas por empresários que pertencem a estratos sociais elevados, e se relacionam com agentes estrategicamente localizados no interior das instituições estatais – neste caso, tal como os oficiais da FAB, em outros casos podem ser da polícia, da alfândega, etc. – responsáveis por operar as constantes passagens entre os diferentes mercados ilícitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, procurou-se brevemente ilustrar como a modelagem de redes pode contribuir com uma percepção mais

ampla do fenômeno analisado. O que é interessante notar na ilustração proposta sobre a rede da FAB é como se davam as negociações e como estavam envolvidos no esquema “empresários”, traficantes e oficiais da FAB.

Nesse sentido, a contribuição da ARS para um melhor entendimento dessa ilustração deveu-se à modelagem da “rede da FAB”, que auxiliou na compreensão sobre essas relações e as posições que os membros ocupavam no interior da rede. Prova disso é a importância que esse posicionamento mostrou ter uma vez associado à divisão do trabalho (criminal) desempenhado pelos sujeitos da rede.

Entretanto, ainda são escassas as pesquisas que utilizem a ARS como metodologia e que contemplem estudos de caso sobre redes criminais como base para se pensar sobre os aspectos morfológicos, sociais e também teóricos das redes. Em geral, são encontrados muitos estudos de rede voltados à economia e ao planejamento e gestão em segurança pública que de alguma forma dialogam com a sociologia da violência.

Sendo assim, rapidamente, procurou-se ilustrar a riqueza em conhecimento que pode ser obtida através de estudos de ARS que contemplem não apenas os aspectos morfológicos e analíticos, mas que procurem avançar para além da visão metafórica das redes.



## BIBLIOGRAFIA



- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Avanço e a Impunidade do Narcotráfico*. Brasília, 2000.
- CENTENO, M. A.; PORTES, A. *The Informal Economy in the Shadow of the State*. Princeton University, 2003. Disponível em: [www.princeton.edu/~cenmiga/works](http://www.princeton.edu/~cenmiga/works). Acessado em 5/8/2011.
- GAMBETTA D. *The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection*. Cambridge, Harvard University Press, 1993.
- GRANOVETTER, M. S. “The Strength of Weak Ties”, in *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, 1973.
- \_\_\_\_\_. “Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness”, in *American Journal of Sociology*, v. 91, 1985.

- GROSSER, K. "Human Networks in Organizational Information Processing", in *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 26, 1991.
- HANNERZ, U. *Explorer la Ville*. Paris, Editions de Minuit, 1980.
- NAÍM, M. *Le Livre Noir de l'Économie Mondiale*. Paris, Bernard Grasset, 2005.
- PONTE, M. X.; VAN DYNE, D. L. "Sistemas Agroindustriais Integrados – uma Análise por Meio da Entropia de Informação", in *Novos Cadernos NAEA*, v. 3, n. 1, 2000.
- POWELL, W. W.; SMITH-DOER, L. "Networks and Economic Life", in N. J. Smelser, R. Swedberg. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton University Press, 1994.
- RODRIGUES, T. M. S. "A Infundável Guerra Americana: Brasil, EUA e o Narcotráfico no Continente", in *Revista São Paulo em Perspectiva*, 16, n. 2, 2002.
- ROWLEY, T.; BEHRENS, D.; KRACKHARDT, D. "Redundant Governance Structures: an Analysis of Structural and Relational Embeddedness in the Stell and Semiconductor Industries", in *Strategic Management Journal*, n. 21, 2000.
- UZZI, B. "Social Structure and Competition in Interfirm Networks: the Paradox of Embeddedness", in *Administrative Science Quarterly*, 42, 1997.
- VON LAMPE, K., "Criminal Networks and Trust", in *III Anual Meeting of the European Society of Criminology*. Helsinki, 2003. Disponível em: <http://organized-crime.de/criminalnetworkstrust.htm>. Acessado em 30/7/2011.
- WAARDEN, F. V. "Dimensions and Types of Policy Networks", in *European Journal of Political Research*, 21, 1992.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.